



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

Nathália Karolynne da Silva Ferreira

**A ATUAÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS VOLUNTÁRIOS NA REDE PÚBLICA
DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília

2025



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

Nathália Karolynne da Silva Ferreira

**A ATUAÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS VOLUNTÁRIOS NA REDE PÚBLICA
DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Fátima Lucília Vidal Rodrigues

**Brasília
2025**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

Nathália Karolynne da Silva Ferreira

**A ATUAÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS VOLUNTÁRIOS NA REDE PÚBLICA
DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL**

Banca:

Orientadora: Prof^ª. Fátima Lucília Vidal Rodrigues

Membro Titular: Prof^ª. Patrícia Lima Martins Pederiva

Membro Titular: Prof. Eder David de Freitas Melo

Membro Suplente: Prof^ª. Sheyla Gomes de Almeida

Brasília-DF

2025

CIP - Catalogação na Publicação

F383a Ferreira , Nathália .
A ATUAÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS VOLUNTÁRIOS NA REDE
PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL / Nathália Ferreira
;
Orientador: Fátima Rodrigues. Brasília, 2025.
37 f.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Pedagogia)
Universidade de Brasília, 2025.
1. Educação . 2. Educação Inclusiva . 3. Educador Social
Voluntário . I. Rodrigues, Fátima , orient. II. Título.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a atuação dos Educadores Sociais Voluntários (ESV) nas escolas públicas do Distrito Federal, analisando seu papel no apoio à educação inclusiva e as condições de seu trabalho na rede de ensino. O objetivo geral é compreender como se dá a atuação atual desses educadores, enquanto os objetivos específicos buscam investigar a história e função do cargo, traçar o perfil social desses voluntários e examinar sua rotina nas escolas. A metodologia utilizada é qualitativa, e foram realizadas em duas etapas: revisão bibliográfica e análise documental, com foco nos dados de uma pesquisa recente do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. Os resultados revelam um perfil formado majoritariamente por mulheres com ensino superior, que, apesar do título de "voluntárias", dependem financeiramente do ressarcimento recebido no programa, pois se trata da única renda recebida. Identificou-se também um desvio de função frequente: embora o previsto seja o auxílio em alimentação e transporte, grande parte atua no suporte pedagógico em sala de aula para cobrir as demandas estruturais, muitas vezes sem treinamento adequado. Conclui-se que o programa é utilizado pelo Estado para suprir falhas na educação, gerando precarização, e evidenciando a necessidade de melhor capacitação e garantia de direitos para esses profissionais.

Palavras-chave: Educação, Educação Inclusiva, Educador Social Voluntário.

ABSTRACT

This study focuses on the work of Volunteer Social Educators (ESV) in public schools in the Federal District, analyzing their role in supporting inclusive education and their working conditions in the school system. The overall objective is to understand how these educators currently work, while the specific objectives seek to investigate the history and function of the position, outline the social profile of these volunteers, and examine their routine in schools. The methodology used is qualitative and was carried out in two stages: a literature review and document analysis, focusing on data from a recent survey by the Federal District Institute of Research and Statistics. The results reveal a profile consisting mainly of women with higher education who, despite the title of “volunteers,” are financially dependent on the reimbursement received from the program, as it is their only source of income. A frequent deviation from their role was also identified: although they are supposed to provide assistance with food and transport, most of them work in classroom teaching support to cover structural demands, often without adequate training. It is concluded that the program is used by the state to fill gaps in education, creating precarious conditions and highlighting the need for better training and guaranteed rights for these professionals.

Keywords: Education, Inclusive Education, Volunteer Social Educator.

LISTA DE FIGURA

Figura 1- Fluxograma da revisão de literatura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Resultado de busca por descritores na plataforma periódicos CAPES

Tabela 2- Resultado de busca por descritores na plataforma periódicos SciELO

Tabela 3- Resultado de busca por descritores na plataforma BDTD

Tabela 4 - Matriz analítica dos textos selecionados

Tabela 5- Relação de resultados obtidos pelo IPEDF relacionados a área de formação dos ESV

Tabela 6- Relação de resultados obtidos pelo IPEDF relacionados à ocupação dos ESV

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURA	6
LISTA DE TABELAS	7
MEMORIAL	9
1 INTRODUÇÃO	13
2 A HISTÓRIA DO EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO NO DISTRITO FEDERAL	15
3 METODOLOGIA	18
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	25
4.1 Sobre o voluntariado e a educação	25
4.2 Quem são os educadores sociais que estão atuando na rede?	27
4.2.1 O perfil sociodemográfico do/a ESV no Distrito Federal	28
4.2.2 O conhecimento e experiência em Educação Inclusiva	29
4.2.3 Realidade da atuação, o dia a dia na escola	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	35

MEMORIAL

Venho cumprir essa incrível e difícil missão de falar sobre a minha vida... Devo então, como José Saramago nos apresenta em sua escrita “O Conto da Ilha Desconhecida”, me permitir “sair da ilha para ver a ilha” e construir tal pensamento. Costumo refletir que é complicado pensar em toda uma trajetória com o objetivo de saber quem sou hoje ou quem desejo ser amanhã. É um dos pensamentos que vem em forma de (in)conveniente surpresa, daquelas que te fazem refletir por um determinado período sobre as trajetórias realizadas. É estranho pensar que tantas decisões foram tomadas e outras tantas renúncias feitas para chegarmos até aqui, um amontoado de folhas repletas de reflexões sobre nós mesmos e a sociedade no qual estamos inseridos... mas vamos lá!

Meu nome é Nathália Karolynne da Silva Ferreira, discente do curso de pedagogia, nasci e fui criada na Ceilândia - Distrito Federal e grande parte da minha formação escolar também se deu nesse espaço. Sou a filha mais velha - tenho apenas um irmão que se chama Arthur - e essa posição me fez muito bem, apesar dos desafios, “estapeamentos” e cobranças de ser a primogênita. Compartilhar cada pedacinho de vida com o meu irmão foi muito importante para o meu desenvolvimento, crescimento e para o meu coração, que com ele sempre estava mais quentinho e feliz.

Fui uma criança extremamente agitada, brincalhona e amava os espaços rurais das chácaras dos meus avós (Helena, Vanilda, Jaime e Rui) que me eram oferecidos. Lembro-me de tantas brincadeiras, de tantos risos, choros, machucados e cicatrizes, cada uma com a sua longa história para acompanhar. Além dos espaços de brincadeira nos finais de semana, durante as semanas me esforçava no meu processo de escolarização, é importante mencionar que desde a educação infantil frequentei instituições privadas, todavia, com a presença da minha tia, Juliane, e minha avó, Helena, em instituições públicas, tive bastante contato com diversas pessoas, realidades e experiências.

Minha fase escolar foi bastante interessante e repleta de afetividade. Ao todo frequentei quatro instituições, basicamente uma para cada etapa: educação infantil, ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio. Recordo-me de sempre gostar muito do ambiente escolar e minha mãe, Janaina, me conta histórias no qual ela chorava mais do que eu com a minha inserção nesse novo meio social. Recordo-me que até mesmo as caminhadas até a instituição eram carregadas de afetividade, às vezes, acompanhada pelo meu avô Rui, às vezes, pela minha mãe ou meu pai,

Fabio. Eles sempre se fizeram bastante presentes em todos esses processos, o que foi e é extremamente importante e significativo no decorrer das minhas tantas caminhadas e conquistas.

Durante o ensino fundamental não houveram grandes acontecimentos. Mas posso dizer que foi um período recheado de descobertas. Se tratando de esportes, de identificações, amizades, leituras interessantes e mais esportes. No ensino fundamental, conheci o voleibol, um dos meus hobbies favoritos até os dias atuais. Conheci também pessoas, hoje não tão próximas ou presentes, que fizeram parte da minha história e foram importantes para mim durante um longo período.

Durante o Ensino Médio enfrentei diversos desafios se tratando da escolha de curso, sempre existe uma pressão muito intensa com relação a esse processo. *A priori*, pensei muito sobre as engenharias, visto que o meu pai estava cursando engenharia civil e eu gostava muito de matemática e de suas diversas aplicações. Definitivamente não foi esse o caminho percorrido, mas posso dizer que houve uma oscilação intensa de preferências, que foi desde a engenharia até a psicologia. Dito tudo isso, comecei uma graduação em processos gerenciais na Faculdade Uniderp.

Em abril de 2021, um período ainda bastante delicado para toda a humanidade devido ao contexto da pandemia da Covid-19, tive o prazer de ser contemplada através do Sistema de Seleção Unificado (SISU) para uma vaga de Pedagogia no Instituto Federal de Brasília (IFB). Quando as aulas retornaram à modalidade presencial foi ao mesmo tempo feliz e assustador, pois o campus de pedagogia é localizado em São Sebastião, bastante distante da minha residência, que à época, se situava na Ceilândia, mais precisamente no Setor O.

Foi um semestre bastante intenso de idas e vindas ao Instituto, conheci pessoas importantes, algumas delas me acompanham até os dias atuais nas “trajetórias pedagógicas” que a vida nos propõe. Nessa mesma época, iniciei um estágio em uma instituição de ensino privada, onde tinha como principal função acompanhar crianças com Necessidades Educacionais Específicas. Essa foi a minha primeira experiência e contato mais próximo com a educação de crianças que tinham a necessidade de atendimentos educacionais especializados, que possuíam, em alguns casos, a necessidade de adaptação e acompanhamento durante a realização das atividades propostas. Fiquei durante dois anos na escola e acompanhei diversas crianças, típicas e atípicas.

Nesse meio tempo, me inscrevi no acesso ENEM UnB e passei no processo de seleção. Recordo-me de ter ficado em um grande dilema com relação aos próximos passos que teria que dar.

Escolher entre o IFB e a UnB não foi uma tarefa simples, mas após uma lista de prós e contras escolhi a UnB. O processo de aproveitamento de matérias me deixou bastante apreensiva e foi bastante demorado, mas tudo deu bastante certo. Quando falamos sobre esse evento, estamos situados no segundo semestre do ano de 2022, que foi também quando me formei na minha primeira graduação.

No decorrer dos semestres, o meu período de estágio não-obrigatório na escola se encerrou e logo assumi outro estágio em espaço não escolar, mais especificamente em ambiente hospitalar, na Rede Sarah. Foi um grande choque quando descobri que não trabalharia com crianças e sim com pessoas adultas, todavia tem se mostrado uma experiência bastante rica em diversos aspectos e atualmente compreendo como um abraço apertado, pois as pessoas, com suas diversas faixas etárias, condições físicas, momentos de vida e outras muitas interseccionalidades, possuem muito a compartilhar e essas trocas são magníficas e marcantes.

De maneira paralela ao trabalho com adultos, iniciei também mais um estágio em espaço escolar, dessa vez obrigatório. O mesmo se deu na Educação Infantil e em meio ao trabalho rotineiro de pessoas da educação, pela primeira vez, fui de encontro às diversas realidades dos Educadores Sociais Voluntários que se faziam presentes na escola em questão e a falta de garantia de direitos tanto se tratando dos alunos, quanto dos profissionais que ocupam essa posição.

Após a conclusão do mencionado estágio em espaços escolares, me deparei com histórias similares em outras etapas da educação, principalmente com relação à falta de profissionais que assistissem a quantidade de estudantes que possuem necessidades específicas de aprendizagem. Independente da etapa, a falta de assistência a todos os discentes que possuem direito ao Acompanhamento Educacional Especializado se mostrou grande.

Com isso, observamos que o problema vai além da sala de aula, se trata da desvalorização da educação pública e do profissional que ocupa esses espaços, da não garantia de direitos, do não cumprimento de políticas públicas e dos direitos que foram conquistados quando colocada em pauta a “educação especial”. Além disso, o papel tão importante e sem garantias de direito do Educador Social Voluntário, que faz parte, como um ator principal, do processo de ensino-aprendizagem nas escolas da Rede.

Por fim, posso mencionar que ocorreram muitos acontecimentos e reflexões nesses anos bem vividos da Universidade de Brasília, muitas construções e pensamentos (críticos ou não).

Dessa forma sou muito grata por todas as experiências, pelos meus professores, em especial a professora Fátima, que me acolheu muito bem desde o meu primeiro dia de UnB, pelas companhias, pelas caroninhas (obrigada Polly, Lyly e Amandinha) e amizades que fiz durante esse trajeto (em especial aos meus amigos mais próximos que foram extremamente importantes nesse momento da minha vida: Gabi, Ana Clara, Silvio, Vitória, Ana Bia, Beatriz, Ester, meu muitíssimo obrigada!!!!)

Além disso, pelos conhecimentos que foram compartilhados ao longo dessa trajetória, aos meus pais e irmão (Janaina, Fabio e Arthur) que foram meus aliados e me acompanharam de pertinho em todas as minhas aventuras e loucuras, à minha parceira de caminhada, Larissa, que é uma pessoa muito importante para mim, para o meu coração e para os meus processos formativos, em amplo sentido, e à Universidade por me proporcionar experiências memoráveis. Com toda certeza me farei presente nesse espaço novamente, todavia com objetivos diferentes.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira possui um longo histórico de mudanças que ocorreram com o passar dos anos e o cenário atual tem passado por importantes transformações em busca de uma escola mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida. Nesse contexto, a atuação dos Educadores Sociais Voluntários (ESV), nas escolas públicas do Distrito Federal, tem se mostrado uma estratégia governamental precária e socialmente questionável no que diz respeito à implementação de uma educação inclusiva. A presença dos ESV na rede pública de ensino vem se consolidando ao longo dos anos de programa, expondo um ponto sensível e contraditório que ora compreende a existência dos ESV, ora dá a ver a fragilidade da atuação desses voluntários que tamponam um papel que deveria ser cumprido por profissionais da educação. A clareza quanto às suas atribuições, formação e condições de trabalho ainda é um desafio.

A presença de um programa voltado ao fortalecimento da inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Específicas se mostra bastante necessária, visto que alguns alunos necessitam de uma maior assistência e mediação em seus processos de aprendizagem, especialmente no que diz respeito a eliminação de barreiras. Figueiredo (2021) destaca que “apesar de sua função social relevante, o educador social ainda se encontra à margem das discussões legislativas, com uma atuação que carece de reconhecimento formal e institucional” (p. 4). Sem garantias, por um lado, e desassistido por outro, o papel é realizado sem respaldo em uma política pública que reconheça sua formação, atribuições ou direitos.

Por se tratar de um voluntariado, conforme a Lei 3.506/04, modificada no ano de 2024 para cobrir também a atuação dos ESV, as condições de trabalho do ESV se mostram incoerentes visto que são agentes presentes integralmente na formação dos educandos e, apesar de um trabalho concreto, não são percebidos da maneira que deveriam ser. Conforme apontam Ramos e Lima (2020), “a atuação do educador social não é amparada por um plano de carreira, tampouco por uma política pública que regulamente seu trabalho e assegure condições dignas de atuação” (p. 6). Um ponto bastante discutido é a sua invisibilidade institucional. Ainda que desempenhem funções pedagógicas e de acompanhamento, sua atuação não é formalmente reconhecida por legislações específicas.

Além disso, é colocada em pauta a falta de um projeto de formação continuada, de carreiras estruturadas e de remuneração adequada a profissionais que possam cumprir esse papel. A postura adotada pelo Estado reforça a ideia de que o programa de educação social voluntária é uma ação que parcialmente soluciona empecilhos que encontrados na educação brasileira. Como ressalta Silva

(2018), “a presença do educador social voluntário muitas vezes serve para tamponar falhas estruturais do sistema educacional, mas não contribui para a construção de uma política sólida e contínua”, pois é sujeita à descontinuidade de governo e ao invés de construir uma política de educação social melhor estruturada, o programa tem sido utilizado como uma estratégia para a omissão de problemas estruturais na educação pública, visto que na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal existem cargos equivalentes de serviços públicos, que possuem funções similares às dos ESV e possuem garantias de direitos.

Posto isto, o presente estudo se debruçou sobre a seguinte problemática: “qual é a atuação dos educadores sociais na rede pública de ensino fundamental no Distrito Federal?”. Diante do cenário atual da educação e processos para inclusão, a pesquisa se propõe a compreender como se dá atualmente o trabalho dos educadores sociais na rede pública de ensino fundamental do Distrito Federal. Por meio das questões organizadoras tem-se como objetivo específico compreender como se estrutura a rotina e as atribuições dos Educadores Sociais Voluntários na Rede Pública de ensino do Distrito Federal, além disso, investigar o conceito de educador social voluntário, seu surgimento e funções na Rede, compreender a realidade social dos mesmos e como são inseridos no ambiente escolar.

Este artigo está estruturado em três partes que serão apresentadas a seguir. A primeira parte descreve a metodologia adotada para a construção do trabalho, que se trata de uma abordagem qualitativa organizada em duas etapas: uma revisão de literatura, com textos pesquisados em plataformas científicas que vão ao encontro com o tema proposto publicados no período de 2015-2025 e uma análise documental que abrange uma pesquisa elaborada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) realizada no primeiro semestre de 2024, uma audiência pública ocorrida em abril de 2025, editais do programa e mídias encontradas em sites de notícias.

A segunda traz a discussão dos resultados partindo da revisão de literatura e da análise documental com reflexões sobre a articulação entre o voluntariado e a educação. Além disso, será abordado sobre o surgimento do Educador Social Voluntário na Rede Pública de ensino do Distrito Federal e em consonância com a pesquisa realizada pelo IPEDF o mapeamento relacionado ao perfil dos Educadores Sociais Voluntários que têm exercido a função ao longo dos anos de programa.

E, por fim, a terceira parte traz as considerações finais, que relacionam os achados com a problemática da pesquisa, trazendo a reflexão sobre a atuação dos educadores sociais e sua participação na promoção de uma educação especial na perspectiva da educação inclusiva na Rede Pública do Distrito Federal.

2 A HISTÓRIA DO EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO NO DISTRITO FEDERAL

A presença dos Educadores Sociais Voluntários (ESV) na Rede Pública do Distrito Federal surge como uma resposta às demandas crescentes de apoio pedagógico nos ambientes escolares. Mas a sua história se inicia antes mesmo de carregar esse nome e a sua função atual. O programa se iniciou em 2013 com o nome de “Jovem Educador Social”, o qual possuía foco em atuação em laboratórios de informática e atuação no ensino integral, todavia, logo no ano seguinte, houve a alteração de nomenclatura para a que conhecemos hoje em dia “Educadores Sociais Voluntários”, entre as suas atribuições previstas, estava também a educação integral durante o período letivo.

Os referidos Educadores Sociais Voluntários, os quais chamaremos de ESV ao longo do presente trabalho, surgem então para, inicialmente, segundo a Portaria Distrital nº43 de 27 de fevereiro de 2014, logo revogada pela Portaria 73 de 24 de abril de 2014, “dar suporte às atividades de Educação Integral...em tempo integral”, com uma jornada de 4 horas diárias e o recurso de R\$ 22,00 por dia para transporte e refeição, não gerando vínculo empregatício e conforme as Leis Federal nº9.608/1998 e Distrital 3.506/2004 recentemente modificada pela Lei nº 7.621/2024, incorporando a figura do educador social voluntário, com ênfase em sua atuação no apoio a estudantes da educação especial e inclusiva (DISTRITO FEDERAL, 2004; 2024).

O processo de inserção de educadores sociais se mostrou estratégico, apresentando um significativo quantitativo de educadores e contou com a adesão de diversas unidades escolares, de modo que evidenciou a demanda do apoio na realização de atividades. Ainda no ano de início do programa, foi notada uma ampliação para acompanhamento e foram requeridas mais de 500 novas vagas. O programa contou com editais, publicados anualmente até os dias atuais e sofreu diversas alterações no decorrer dos mesmos, e, embora recente em termos legais, insere-se em um movimento histórico quando se diz respeito à educação, educação especial na perspectiva da educação inclusiva e até mesmo as nuances do voluntariado atrelado a educação, que acabam por unir a promoção de direitos e ações comunitárias, que por sua vez podem ser benéficas para uns, não tanto para outros e bastante confortável quando colocada a face do Estado.

O surgimento da função do ESV que se insere no contexto da inclusão escolar se dá na portaria de 2015, na qual o atendimento educacional especializado passa a ocupar lugar central nas políticas públicas de educação. Para entendermos melhor, se faz necessário refletirmos como as

políticas, que possuem como pauta a inclusão de pessoas com deficiência, trazem essa questão em pauta.

Em 1994, na Declaração de Salamanca, em 2015, na Lei Brasileira de inclusão a educação inclusiva foi novamente colocada como um direito humano fundamental, cabendo aos Estados garantir condições materiais e pedagógicas para que houvesse não somente o acesso, como também a permanência de todos os estudantes na escola regular. Com base no exposto, faz sentido pensarmos no educador social voluntário como um agente que poderia favorecer a participação plena da(s) pessoa(s) que acompanha.

Esse personagem da educação tem a sua atuação centrada em práticas de acolhimento, mediação e apoio pedagógico, contribuindo para a superação das barreiras que dificultam a aprendizagem e a convivência escolar. De acordo com o estudo publicado na *Management in Perspective*, “A importância dos educadores sociais nas escolas públicas do Distrito Federal: direito das pessoas com deficiência” (2024), esses educadores exercem papel fundamental na efetivação do direito à educação das pessoas com deficiência, pois promovem intervenções que favorecem a autonomia, o vínculo afetivo e a permanência escolar. Sua presença amplia a capacidade da escola de responder à diversidade dos estudantes, fortalecendo uma cultura de inclusão e respeito às diferenças.

No decorrer das portarias e de acordo com as necessidades observadas, foram surgindo novas demandas no que diz respeito a atuação dos ESV, como suporte às atividades de educação integral, em 2018 (PORTARIA N° 22, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018), o suporte aos estudantes e/ou indígenas não falantes de Língua Portuguesa, em 2020 (PORTARIA N° 50, DE 04 DE MARÇO DE 2020) e também fora estabelecido quais eram as funções que os ESV não deveriam exercer em seus momentos de atividade, como: atividades administrativas e qualquer outra atividade que não estivesse prevista em edital.

Além disso, para a atuação no programa, ao longo das portarias houve diferentes critérios para a seleção dos ESV, que variam entre o grau de escolarização, experiência em atividades voluntárias ou na educação, a presença ou não de pós-graduação ou curso, entre outros. Exigências que mantêm o trabalho do ESV pouco valorizado e institucionalmente fragilizado. Devido ao seu caráter de voluntariado, a pessoa que nele atua não possui vínculo empregatício, remuneração adequada e tampouco garantia de continuidade. Essa condição gera uma contradição:

enquanto a política pública reconhece a necessidade de mediação inclusiva, ela delega a função a voluntários sem assegurar condições estruturais para sua permanência (SILVA, 2023).

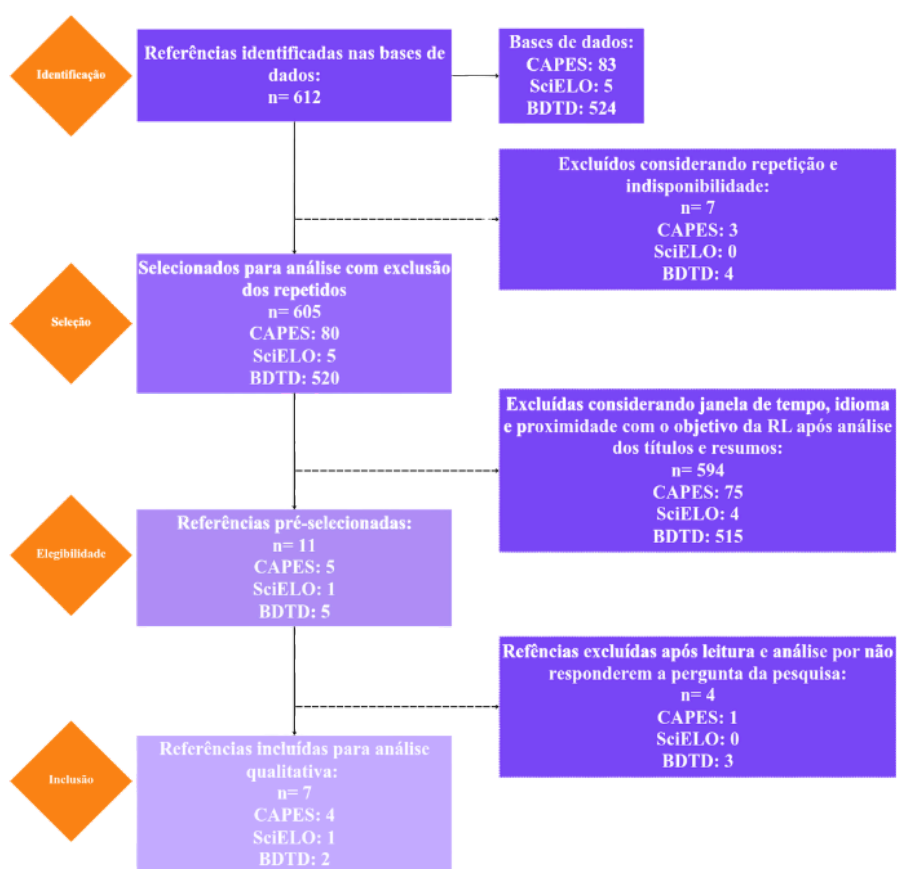
A mencionada precarização se mostra ainda mais quando colocado em pauta que há um cargo efetivo no GDF que realiza atividades similares a dos ESV, o de Monitor Educacional, que exerce atividades com estabilidade, remuneração e direitos trabalhistas. Tal observação revela um tensionamento entre a solidariedade e a realidade da gestão pública: o voluntariado não pode substituir o trabalho profissional, sob risco de desvalorizar ambos os papéis. Como argumentam Braga (2022) e Lopes (2019), o voluntariado educativo deve ser compreendido como complementar e colaborativo, e não como substitutivo, devendo coexistir com políticas de valorização e formação continuada dos profissionais da educação.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa, cuja natureza permite uma análise da realidade social investigada, considerando as múltiplas maneiras de existir na sociedade, além disso foram adotados dois procedimentos metodológicos principais: a pesquisa bibliográfica e a análise documental, complementados por um levantamento em mídias e portais governamentais.

O primeiro procedimento consistiu em uma revisão de literatura exploratória realizada nas bases de dados científicas da CAPES Periódicos, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A seleção do material considerou publicações relevantes e atualizadas sobre o tema da pesquisa, área e estudos com enfoque semelhante ao proposto neste trabalho, como: estudos que tratam da atuação do educador social, das práticas inclusivas no ensino fundamental, da presença de crianças com deficiência no ambiente escolar e do voluntariado no campo educacional. A revisão teve como objetivo construir um referencial teórico que fundamenta as análises desenvolvidas ao longo do trabalho. O período de tempo analisado foi de 2015 a 2025.

Figura 1- Fluxograma da revisão de literatura



Fonte: adaptado de adaptado de Rodrigues et al (2024)

Foram encontrados 612 artigos, todavia, parte dos mesmos estavam mais relacionados à educação social por meio de Organizações Não Governamentais, a educação em ambientes não escolares e a atividades de educação social realizadas em outros países. Por não irem de encontro ao tema abordado, não foram selecionados para a composição teórica do trabalho. Além disso, foram encontrados artigos que se mostraram bastante relevantes para a discussão. Nas tabelas a seguir é possível verificar os dados encontrados pelos descritores em cada uma das bases de dados acionadas.

Tabela 1- Resultado de busca por descritores na plataforma periódicos CAPES

DESCRITORES CAPES - Artigos	Qntd. sem filtro temporal	Qntd. com filtro temporal	Pré- selecionados	Selecionados
Educador social voluntário	10	8	2	2
Educador social AND crianças com deficiência	0	0	0	0
Educador social AND ensino fundamental	73	60	3	2
Educador social voluntário AND governo do Distrito Federal	0	0	0	0
Total	83	68	5	4

Fonte: Adaptado de Rodrigues et al (2024).

Tabela 2- Resultado de busca por descritores na plataforma periódicos SciELO

DESCRITORES SciELO	Qntd. sem filtro temporal	Qntd. com filtro temporal	Pré- selecionados	Selecionados
Educador social voluntário	1	1	1	1
Educador social AND crianças com deficiência	0	0	0	0
Educador social AND ensino fundamental	4	4	0	0
Educador social voluntário AND governo do Distrito Federal	0	0	0	0
Total	5	5	1	1

Fonte: Adaptado de Rodrigues et al (2024).

Tabela 3- Resultado de busca por descritores na plataforma BDTD

DESCRITORES BDTD	Qntd. sem filtro temporal	Qntd. com filtro temporal	Pré-selecionados	Selecionados
Educador social voluntário	188	133	3	2
Educador social AND crianças com deficiência	299	210	2	0
Educador social AND ensino fundamental	24	19	2	0
Educador social voluntário AND governo do Distrito Federal	13	12	0	0
Total	524	374	7	2

Fonte: Adaptado de Rodrigues et al (2024).

Os artigos selecionados mostraram-se relevantes à construção teórica deste trabalho, visto que trazem reflexões acerca da educação social e voluntária, os processos de inclusão para alunos com deficiência e a construção da identidade e a qualificação profissional dos educadores sociais em diferentes espaços de atuação, como a escola, os programas sociais e o acolhimento institucional, consolidando a Pedagogia Social como campo fundamental para a análise da práxis socioeducativa.

Na tabela a seguir, é possível identificar as principais ideias e características dos artigos selecionados. Os artigos foram acionados para debater e fundamentar pontos ao longo do presente trabalho.

Tabela 4 - Matriz analítica dos textos selecionados

Artigo	Autor e Ano	Palavras-chaves	Resumo
Educador social e educador popular: pautas da formação acadêmica -profissional	Fernanda dos Santos Paulo; Elisangela Trevisan. (2022)	Educador social; Educador popular; Formação acadêmico- -profissional.	Aborda concepções de educador social, de educador popular e do debate nacional acerca da formação acadêmico- -profissional de educadores sociais no Brasil
A Importância dos Educadores Sociais	Eduardo Dias Leite; Giovanna Cristina	Alunos com deficiência; Inclusão;	Investiga a atuação dos educadores

nas Escolas Públicas do Distrito Federal: Direito das Pessoas com Deficiência.	Moreira Guimarães; Maria Eduarda Carvalho Santos; Hellen C. C. Amorim. (2024)	Educador Social.	sociais; A pesquisa parte da coleta de dados, fontes bibliográficas, legislações e trabalhos científicos. Seus resultados apontam o educador social como figura essencial no cotidiano do aluno com deficiência.
A importância dos professores no processo de inclusão de alunos com deficiência visual.	Marcelo Wilton Vieira Lopes. (2019)	Deficiência visual; Inclusão; Professor.	Reflete sobre a importância do papel do professor no processo de inclusão de alunos com deficiência visual no contexto escolar e em seus respectivos processos de ensino-aprendizagem.
Educadores Sociais: O reconhecimento cotidiano e a organização de trabalho	Maria Luisa Magalhães Nogueira; Cássia Beatriz Batista; Alessandra Aguiar Vieira; Cláudia Damasceno Pimentel. (2016)	Psicologia do Trabalho; Cultura; Espaço; Educadores Sociais; Programas Sociais	Interroga as configurações de trabalhadores sociais, que residem em periferias, e atuam profissionalmente por meio de políticas culturais.
Pedagogia Social: uma análise sobre a prática do educador voluntário da Children's International Summer Village	Rogério da Costa Ribeiro; Suelly Aparecida Galli Soares (2018)	Pedagogia Social; Educador Voluntário; Educação não Escolar; CISV; Educação para Paz.	Retrata a prática do educador voluntário da organização não governamental Children's International Summer Village (CISV), que se autocompreende como educação não escolar atuando em confluência com a educação escolar, sob o viés da Educação para a Paz.
Como me fui tornando Educador Social: reflexividade,	Ana Maria Vieira; Ricardo Vieira	Pedagogia Social/Educação Social; Incidentes	Aborda como a Pedagogia Social se mostra fundamental

redescoberta de si e (trans)formações pessoais e profissionais	(2023)	críticos; Reflexividade; Identidade profissional.	numa intervenção social que seja socioeducativa e mediadora. Investe no modo como se faz a aprendizagem da Pedagogia Social, do ponto de vista do aprendente, ou de como se constrói a identidade profissional de um Educador Social.
Programa de práticas educativas positivas para educadores sociais de acolhimento institucional: Estudo de viabilidade	Bruna Wendt; Débora Dalbosco Dell'Aglio (2021)	Acolhimento fora do lar; Educador social; Práticas educacionais; Viabilidade.	Traz a reflexão sobre como o educador social é a principal referência protetora e afetiva para crianças e adolescentes acolhidos. Relata sobre a qualificação profissional dos mesmos e tem como objetivo avaliar a viabilidade de um programa para aprimorar as práticas educativas positivas de educadores sociais em instituições de acolhimento.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os achados podem ser classificados em duas categorias, sendo elas os textos relacionados diretamente ao Programa de educadores sociais voluntários no Distrito Federal e os ligados à educação social em âmbito geral”. A primeira categoria é representada pela investigação de Leite et al. (2024), que foca na atuação dos educadores sociais nas escolas públicas do Distrito Federal para o direito das pessoas com deficiência.

Já a segunda categoria, mais ampla, engloba os demais artigos que debatem a formação e a identidade profissional do Educador Social (Paulo & Trevisan, 2022; Vieira & Vieira, 2023), a práxis voluntária em ambientes não escolares (Ribeiro & Soares, 2018), o reconhecimento cotidiano e a organização do trabalho em programas sociais (Nogueira et al., 2016), a atuação no acolhimento institucional e a qualificação profissional (Wendt & Dell'Aglio, 2021), e, complementarmente, o

papel do professor na inclusão de alunos com deficiência visual (Lopes, 2019). Todos os textos destacam a importância da visibilidade do processo de ensino-aprendizagem.

O segundo procedimento corresponde à análise documental, com destaque para os dados provenientes da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), apresentada em audiência pública realizada na Câmara Legislativa, em 10 de abril de 2025. A transcrição integral dessa audiência se faz importante para o corpo do trabalho permitindo a identificação de falas de autoridades, gestores públicos, representantes da sociedade civil e educadores sociais voluntários, bem como a problematização das condições de trabalho, da formação e do reconhecimento desses profissionais.

Essa etapa envolveu o exame do conteúdo disponibilizado pelo instituto, bem como a consulta a registros de políticas públicas, legislações, relatórios e dados estatísticos disponíveis em portais governamentais oficiais. Além disso, foi realizada uma pesquisa exploratória em mídias digitais para identificar manifestações públicas e sociais sobre o tema, possibilitando o confronto entre dados oficiais e percepções veiculadas na sociedade.

A referida pesquisa realizada pelo IPEDF se trata de uma análise qualitativa e quantitativa realizada pelo Instituto com o objetivo de compreender como está se organizando a educação inclusiva no Distrito Federal. Assim como identificar dados referentes ao programa de Educador Social Voluntário, uma vez que sinalizam que não há muitas evidências devido ao fato de ser um programa relativamente recente e, além disso subsidiar a criação e implementação de políticas públicas, uma vez que problemas não identificados, mapeados e nomeados não são solucionados.

As análises qualitativas e quantitativas se concentraram no primeiro semestre de 2024. Elas se estruturam em sete partes, trazendo uma base sobre a Educação Inclusiva no Brasil, a Educação Inclusiva no Distrito Federal, os desafios e os avanços na Educação Especial e na Educação Inclusiva, a metodologia de análise da educação inclusiva do Distrito Federal e os resultados da pesquisa realizada.

Os dados foram coletados através de um Survey com os educadores sociais voluntários, grupos focais com os mesmos e entrevistas com gestores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Foi uma pesquisa amostral, que contou com a participação de 1.856 pessoas que atuaram como Educadores Sociais Voluntários entre os anos de 2013 a 2023, um grupo relativamente pequeno em comparação com a quantidade de pessoas que já atuaram no programa, visto que apenas no último edital publicado estava apontando um quantitativo de 7.500 vagas.

Dessa forma, a articulação dos diferentes materiais analisados contribuiu para contextualizar o cenário no qual os educadores sociais voluntários estão inseridos, evidenciando os desafios e lacunas existentes nas políticas de inclusão educacional, além dos materiais apresentados, a construção do trabalho foi cotejada com textos apresentados pela minha orientadora, de modo a possibilitar o desenvolvimento de uma investigação crítica acerca do tema proposto.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Sobre o voluntariado e a educação

Após a Declaração de Salamanca (1994), tivemos uma movimentação bastante consistente na busca pela inclusão de pessoas com deficiência, a qual se mostra um marco, não só nacional, mas internacional na consolidação da educação inclusiva, especialmente, quando se trata da impulsão da criação de políticas públicas. Pode-se dizer que tivemos um cenário marcado por diversas transições nessa busca, sendo elas: a exclusão, a segregação e a integração. Hoje temos como objetivo realizar a inclusão dessas pessoas em todos os âmbitos, inclusive no educacional de maneira efetiva.

Com todas as estratégias propostas à educação especial, expressão ainda utilizada em algumas bases legais da educação, vivemos um novo momento, no qual a educação especial inclusiva passa a ser executada e observada não como uma prática isolada, mas sim como um direito fundamental e transversal em todos os níveis e modalidades e, prioritariamente, em classes regulares de ensino. Com isso, surge uma nova demanda de acompanhamento mais sensível e específico para com as crianças acompanhadas.

Desta forma, foram criadas políticas no Distrito Federal que tinham como intuito atrelar as demandas da educação ao trabalho voluntário. A Lei nº 3.506/2004 foi um marco nesse processo, ela é a base legal para que a comunidade possa atuar como voluntária em diversos órgãos públicos, inclusive nas escolas. Há ainda a política de educação inclusiva prevista na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015), que garante o direito à educação em igualdade de condições, com suporte adequado e acessibilidade (BRASIL, 2015), sendo os educadores sociais voluntários os maiores protagonistas do apoio escolar.

De acordo com a pesquisa “A importância dos educadores sociais nas escolas públicas do Distrito Federal: direito das pessoas com deficiência” (LEITE, E.; *et.al*, 2024), o papel desses educadores sociais voluntários é estratégico para a efetivação do direito à educação, de modo que auxilia na redução de barreiras atitudinais e pedagógicas, favorecendo o engajamento e a permanência dos alunos com deficiência nas escolas públicas do Distrito Federal.

Pode-se então concluir que a institucionalização do voluntariado educacional na rede pública do Distrito Federal tem por objetivo suprir uma demanda bastante numerosa, agora obrigatória, na educação inclusiva. Ribeiro e Soares (2018) explicam que a práxis do educador voluntário se

fundamenta na ação solidária e reflexiva, orientada pela transformação social e pela partilha de saberes. Sob essa perspectiva, o voluntário, no contexto do GDF, não é apenas um colaborador ocasional, mas um agente ativo no processo educativo de cada uma das crianças.

No entanto, o trabalho dos ESV, com o seu caráter de voluntariado, não dá estabilidade e tampouco garantias para os mesmos - ou seja: se não foi trabalhar, menos um dia de auxílio alimentação e transporte. A anteriormente mencionada Lei nº 3.506/2004 sofreu alterações e deu origem a Lei nº 7.621/2024 na qual o papel do ESV foi explicitamente reconhecido, definindo-o como colaborador no acompanhamento e apoio aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. Ou seja, um reforço a mais para o caráter de voluntariado e um reforço negativo se tratando de garantias.

Além disso, Wendt e Dell’Aglío (2021) destacam, que o sucesso dessa prática depende de programas de formação e acompanhamento, pois o educador social lida cotidianamente com desafios complexos que exigem preparo técnico e emocional. Durante as pesquisas, conseguimos localizar um curso oferecido para os ESV no ano de 2025. O mesmo teve duração de 5 dias, sendo do dia 3 a 7 de fevereiro, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE). Por mais que seja um início promissor, realizar a promoção de cursos e aprimoramento dos profissionais é possível e bastante provável que apenas essa base não tenha sido suficiente para compreender diversas realidades e possibilidades presentes no chão da escola.

A situação também se torna bastante complexa quando trazida em evidência a existência de um cargo efetivo semelhante no quadro da Secretaria de Educação do Distrito Federal, o de Monitor de Gestão Educacional, como já dissemos, que realiza tarefas análogas às desempenhadas pelos educadores sociais voluntários. Enquanto um é contratado mediante concurso público, com remuneração e plano de carreira, o outro exerce funções equivalentes sem vínculo empregatício e sem os mesmos direitos. Essa sobreposição de papéis evidencia uma contradição institucional que precisa ser debatida: a valorização do voluntariado não pode ocorrer à custa da precarização do trabalho educacional e da substituição de profissionais por voluntários não remunerados (SILVA, 2018).

Dessa forma, é urgente problematizar o papel do educador social voluntário no contexto da educação inclusiva, considerando que sua contribuição é inegavelmente essencial, mas sua condição institucional é frágil e invisibilizada. Como defendem LEITE, E. et al. (2024) e Braga (2022), o

voluntariado pode e deve coexistir com o trabalho profissional, desde que cada função seja reconhecida, regulada e respeitada dentro de seus limites éticos e legais. De modo que a inclusão de pessoas com deficiência deixe de depender de esforços isolados do ESV, do professor, da sala de recursos e se consolide como uma responsabilidade coletiva, coerente com os princípios da Lei Brasileira de Inclusão.

4.2 Quem são os educadores sociais que estão atuando na rede?

Em 2025, no mês de Abril, foi realizada uma audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal que teve como principal objetivo apresentar o atual cenário vivenciado na educação e as condições dos ESV no ambiente de trabalho. No momento inicial, há uma explanação sobre o tema trazido e são colocados alguns pontos pelo Deputado Distrital João Cardoso, solicitador da audiência, que relata a invisibilidade dos ESV na comunidade, a não garantia de direitos e a importância do trabalho conjunto entre todos da comunidade escolar, sendo ela: professores, gestores, equipes de segurança e merenda, família e demais agentes.

Além disso, são convidadas algumas pessoas para a composição da mesa e uma das falas que chama bastante atenção é a do Deputado Jorge Viana, que diretamente ao ESV relata:

“Vocês são trabalhadores com essa modalidade que eu nunca nem ouvi falar de voluntário. Voluntário ou é voluntário ou não é voluntário. Então, voluntário é de graça, 100%. Isso é voluntário. Se tá sendo remunerado, se cobra a sua presença, se cobra uma atividade, se cobra um resultado, isso é trabalho. Isso é trabalho!” (TV CÂMARA DISTRITAL, 2025, 32min52s-33min16s)

A discussão se torna bastante complexa levando em consideração as realidades já apresentadas anteriormente com relação a não garantia de direitos trabalhistas.

Após o momento inicial de discussões, a diretora de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal, Marcela Machado, é convidada para apresentar a pesquisa realizada pelo Instituto em 2024. Com o título “Pesquisa Educação Inclusiva no Distrito Federal - O papel dos/as educadores/as sociais voluntários/as”. A diretora relata que a movimentação do trabalho girou em torno do levantamento de evidências, com a escuta dos Educadores Sociais Voluntários e das gestões. Com esse levantamento, é possível compreender quem está atuando e como está atuando, quando falamos sobre políticas públicas e seus processos de criação. Essas informações trazem dados fundamentais para o debate acerca desse tema tão desafiador.

Na mesma audiência, a pesquisa e os resultados foram apresentados pela coordenadora de estudos e pesquisas qualitativas de Políticas Sociais do IPEDF, Jaqueline da Silva Borges, que traz

de maneira simplificada a história e a trajetória, até chegar no programa que existe hoje.

A pesquisa contou com 3.914 respostas, mas houve fatores de exclusão. Foram consideradas apenas as respostas de participantes que atuaram no Distrito Federal, que trabalharam entre os anos de 2013 e 2023, em escolas de ensino regular e que acompanharam estudantes com necessidades específicas e/ou deficiência. Assim, obtiveram-se 1.947 respostas válidas para a pesquisa. A pesquisa contou com uma análise quantitativa, através da elaboração de um *Survey*, composto por três blocos: 1) “A atuação como Educador/a social voluntário/a no Distrito Federal”, 2) “Necessidades/Desafios para a atuação como educador/a social voluntário/a” e 3) “Sobre você”, que são os dados referentes ao perfil do ESV. Além disso, contou com dois métodos qualitativos: entrevistas semiestruturadas com gestores e diretores e os grupos focais com educadores/as sociais voluntários/as.

Dessa maneira, no documento apresentado é trazido um capítulo que trata sobre os resultados obtidos na pesquisa, que detalham o perfil sociodemográfico e profissional dos Educadores Sociais Voluntários e as complexidades de sua atuação.

4.2.1 O perfil sociodemográfico do/a ESV no Distrito Federal

Um dos blocos do *survey* tem como objetivo identificar o perfil de educadores sociais voluntários que atuam na rede. Os dados apontam que é caracterizado pela predominância de mulheres, que representam 83,5% dos respondentes. Se tratando da idade dos respondentes, percebe-se 53% dos ESVs estavam na faixa etária entre 30 e 49 anos, sendo o grupo mais representativo o de 30 a 39 anos (27%) e o de 40 a 49 anos (26%). Com relação à raça/cor, a maioria se identificou como parda (55,0%), seguida por branca (24,8%) e preta (17,3%), refletindo um perfil majoritariamente não-branco no programa (IPEDF, 2024).

O nível de escolaridade dos ESVs foi um dado obtido na pesquisa que chamou bastante atenção, sendo ele bastante elevado: a maior parte dos participantes possuía ensino superior completo (41,5%) ou pós-graduação (22,1%), e 20,6% tinham superior incompleto ou seja, cerca de 84,2% dos respondentes (IPEDF, 2024).

Tabela 5- Relação de resultados obtidos pelo IPEDF relacionados a área de formação dos ESV

Área de Formação	Percentual
Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes	67,2%
Ciências da Saúde	11,2%
Ciências Sociais	8,7%
Ciências Biológicas, Engenharia/Tecnológica	6,5%
Ciências Exatas	5,8%
Ciências Agrárias	0,6%

Fonte: IPEDF, 2024, p. 61

Como pode ser observado na tabela acima, com relação a cursos superiores completos e incompletos, grande parte dos ESV possuem uma formação que sugere alguma base de conhecimento mais próxima das demandas educacionais.

Tabela 6- Relação de resultados obtidos pelo IPEDF relacionados à ocupação dos ESV

Outra ocupação	Percentual
Não tenho outra ocupação	57,1%
Trabalha como autônomo(a)/por conta própria	18,9%
Outras	9,6%
Trabalha com carteira de trabalho assinada	6,7%
Trabalha sem carteira de trabalho assinada	5,5%
Trabalha como servidor(a) público(a)	2,2%

Fonte: IPEDF, 2024, p. 61

Além disso, outro dado que atrai bastante o olhar é o relacionado às atividades laborais exercidas pelas pessoas que atuam como ESV. O programa era, para a maioria (57,1%), a única ocupação, sendo o valor do ressarcimento a única fonte de renda. A dependência financeira dos valores de ressarcimento contrasta com a natureza jurídica do "voluntariado", reforçando bastante o argumento de que a atividade possui um caráter laboral, como levantado na audiência pública.

4.2.2 O conhecimento e experiência em Educação Inclusiva

No que diz respeito à experiência, a pesquisa apontou que 82% dos ESVs possuíam alguma experiência com o atendimento de crianças e/ou adolescentes com deficiências e/ou transtornos, e

88% tinham experiência na orientação de alunos com necessidades educacionais específicas. A experiência prévia, atrelada à experiência na vida privada (56%), influenciou a alta percepção de conhecimento dos próprios ESVs sobre educação inclusiva e sobre os alunos que atendem (cerca de 80% avaliaram seu conhecimento entre 7 e 10 em uma escala de 10) (IPEDF, 2024).

Por ser um programa abrangente, os critérios formativos são amplos e não limitados a pessoas que de algum modo fazem parte da educação. Segundo Figueiredo (2021), “a ausência de critérios claros para a seleção e capacitação desses profissionais permite que pessoas sem vínculo com a educação formal exerçam funções para as quais não foram preparadas, o que pode comprometer o desenvolvimento das atividades” (p. 5). Apesar de a pesquisa realizada pelo IPEDF apontar que grande parte das pessoas que participaram da pesquisa e atuam como ESV possuem alguma formação ligada à educação, isso não é uma regra e mesmo que haja formação em áreas relacionadas à educação, não é uma regra possuir uma licenciatura e saber lidar com demandas pontuais sem a devida capacitação.

Quando colocada em pauta a participação em atividades de capacitação/formação obteve-se um dado inferior, cerca de 58% participaram de cursos sobre educação inclusiva, e apenas 41% realizaram cursos de formação continuada. Além disso, vale destacar que a maioria dos cursos, eventos e formações continuadas foram custeados com recursos próprios ou realizados de forma gratuita, não sendo uma obrigatoriedade, mas sim um “diferencial”.

Os grupos focais, parte qualitativa da pesquisa, trouxeram a narrativa da ausência de capacitação prévia ou orientação inicial ao ingressar nas escolas, com relatos de terem sido "jogados na sala". Como destacado em momentos anteriores, houve uma formação *online* de cinco dias, no ano de 2025, todavia, em anos anteriores não foram identificadas formações. Muitos dos ESVs relataram a necessidade de buscar a capacitação por conta própria para lidar com a complexidade da função.

Os Educadores Sociais Voluntários atuam primariamente no apoio à Educação Inclusiva, lidando diretamente com as necessidades de estudantes com deficiências e transtornos globais de desenvolvimento, tais funções exigem bastante conhecimento especializado para o manejo em momentos de desorganização, técnicas adaptadas e cuidados com as atividades básicas de vida diária de higiene e locomoção. Nesse contexto, a falta de orientação estruturada inicial se mostra perigoso, tendo como estratégia alternativas como buscar conhecimentos e capacitação por conta própria ou, ainda, uma aprendizagem por ensaio e erro, comprometendo a qualidade do apoio oferecido e a segurança tanto do profissional quanto do estudante.

Além disso, tal dinâmica transforma o investimento em conhecimento, que deveria ser um direito e um dever do programa, em um sacrifício individual realizado por profissionais que já operam sob condições de grande precarização. Conseqüentemente, a pesquisa do IPEDF não apenas cataloga um desafio operacional, mas lança luz sobre a necessidade urgente de profissionalizar e institucionalizar a formação continuada dos ESVs, garantindo que o serviço de apoio à inclusão seja pautado na competência técnica e no suporte integral, e não na improvisação e no esforço solitário dos voluntários.

4.2.3 Realidade da atuação, o dia a dia na escola

No último edital publicado no diário oficial, estão previstos nos capítulos um e dois as finalidades do programa de Educador Social Voluntário e suas respectivas atribuições:

“DAS FINALIDADES

Art. 4º O Programa Educador Social Voluntário terá por finalidades:

I- auxiliar os estudantes nas atividades de Educação em Tempo Integral na Educação Infantil, nos Ensinos Fundamental e Médio em Tempo Integral, nas escolas públicas da Rede de Ensino do Distrito Federal:

II- auxiliar os estudantes com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), no exercício das atividades diárias, no que tange à alimentação, locomoção e higienização nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, incluindo os Centros Interescolares de Línguas (CILs), Centros de Educação Profissional, quando couber.

III- auxiliar a integração dos estudantes migrantes internacionais e indígenas, falantes de outras línguas, residentes no Brasil e matriculados nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

IV- dar suporte aos estudantes das instituições educacionais públicas que ofertam Educação em Tempo Integral em regime de tributabilidade, nas atividades desenvolvidas no CIL parceiro.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º O ESV deve atuar na instituição educacional pública, de segunda a sexta-feira, em dias letivos presenciais, bem como em eventuais dias de reposição, conforme previsto na Portaria que estabelece o respectivo Calendário Escolar de 2025, ficando vedada a atuação de forma remota.

Parágrafo único. As reposições de dias letivos devem ser registradas no campo "Observações" do Relatório Mensal de Frequência dos ESVs, incluindo o número do processo SEI referente à autorização para realização da reposição, bem como o dia ao qual se refere.” (DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Educador social voluntário**. Brasília, DF, 2024).

Ao observar os itens dispostos no edital e as respostas obtidas na pesquisa do IPEDF percebemos que a teoria e prática na rotina escolar não coincidem, indicando desvio de função motivado pela alta demanda da rede. No edital é previsto que uma das principais atividades é

"auxiliar os estudantes com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), no exercício das atividades diárias, no que tange à alimentação, locomoção e higienização...". O foco da atuação do ESV é o auxílio nas atividades básicas de vida diária no ambiente escolar dos alunos que acompanham. Embora o auxílio na locomoção esteja presente, a pesquisa aponta que a principal atividade é o auxílio em atividades em sala de aula, o que sugere um envolvimento nas atividades pedagógicas.

Quando acionada a pesquisa qualitativa, os ESVs confirmaram que muitos deles acabam por auxiliar todos os alunos da classe, de algum modo, e não apenas aqueles ao qual estão vinculados, e para além disso, até mesmo se envolvem na elaboração de atividades pedagógicas.

Nos dados quantitativos há uma prevalência quando a valorização da experiência de ser um ESV é colocada em pauta de modo que a principal motivação para estar no programa foi para obter experiência pessoal com crianças e/ou adolescentes com deficiências/transtornos (29%), seguida pela oportunidade profissional (24%). Quando fazemos uma ponte entre as pesquisas qualitativas e quantitativas, embora a motivação financeira tenha sido apontada por apenas 8% como a principal razão, nos dados qualitativos há uma valorização da ajuda de custo sendo ela um fator determinante, até porque, há uma grande quantidade de pessoas que atuam apenas como ESV e o ressarcimento é sua única fonte de renda.

Embora a Portaria relate auxílio em atividades como alimentação, higienização e locomoção, os dados apontam que o auxílio é prestado em grande maioria durante as atividades em sala de aula (89%), seguida pelas atividades recreativas (77%) e na locomoção dos estudantes em ambientes escolares (73%).

O texto do edital apresenta que a atuação deve se dar de segunda a sexta-feira, em dias letivos presenciais, há especificação sobre a jornada, sendo ela prevista no Art. 24. "O tempo de voluntariado, por turno do ESV, terá duração de quatro horas diárias ininterruptas" e em seu inciso primeiro diz que as quatro horas de voluntariado serão distribuídas em comum acordo com a Equipe Gestora, nos turnos de atendimento na unidade escolar e o mesmo pode trabalhar em duas unidades escolares ou em dois turnos em uma mesma escola. O que, para um voluntariado implica uma jornada e uma demanda que podem levar a um esgotamento

A sobrecarga de trabalho também ficou evidenciada com os 21% dos respondentes afirmando trabalhar acima de 20 horas semanais e, ainda, com o percentual de 54% apontando o número excessivo de alunos (com ou sem deficiência) por turma como o fator que mais dificultava

sua atuação. A visão dos gestores corrobora com esse ponto, indicando que a alta demanda levava ao remanejamento dos ESVs para alunos com menos autonomia, chegando a haver até quatro crianças para cada ESV (IPEDF, 2024).

Todos os fatores apresentados, a saber: alta demanda, realização de funções não previstas no edital, ausência de qualificação formal exigida e falta de garantia de direitos trabalhistas, deixam em evidência muitos dos desafios enfrentados durante a atuação do ESV e para além disso, a desvalorização da atividade. Como sugestões de melhoria, ainda na pesquisa, são levantados alguns pontos para a melhoria do programa, como: a oferta de cursos de capacitação (81%) e o aumento do valor do ressarcimento (80%).

Todos esses pontos de discussão e reflexão, que tentam responder os objetivos deste trabalho, apontam para uma necessidade urgente de repensar a existência do ESV , reforçando a necessidade de profissionais bem pagos e formados para atuarem na implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral compreender qual é a atuação dos educadores sociais na rede pública de ensino fundamental no Distrito Federal. Por meio das questões organizadoras do trabalho, teve-se ainda como objetivo compreender como se dá o trabalho dos Educadores Sociais Voluntários na Rede Pública de ensino do Distrito Federal, o conceito de educador social voluntário, seu surgimento e funções na Rede, além de tentar compreender a realidade social dos mesmos e como estão inseridos no ambiente escolar.

Observa-se a presença de diferentes públicos que atuam como educadores sociais e alguns sem formação na área da educação. Mesmo que não seja um requisito do edital ser um profissional da educação, é fundamental garantir a qualidade de educação e formação das pessoas que fazem parte do processo educacional - formal - de uma criança, jovem ou adulto. Além disso, buscou-se compreender de que maneira o trabalho do educador social voluntário possui contradições em seu cotidiano, se tratando da tentativa de garantia de direito para uns (as pessoas assistidas) e da não garantia para outros (os educadores sociais voluntários).

Além disso, é destacada a necessidade de realização de processos formativos com intencionalidade para a atuação em ambientes escolares, visto que foi um tópico bastante evidenciado durante as pesquisas quantitativas e qualitativas do IPEDF. Ademais, outro ponto bastante pertinente é assegurar condições de trabalho adequadas quando a garantia de uma educação pública de qualidade é colocada em pauta.

Apesar de a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal ser muito bem elaborada e complexa, há ainda um público muito pequeno de respondentes, o que nos deixa com questionamentos em relação ao perfil dos Educadores Sociais Voluntários que não responderam a pesquisa por falta de acesso, interesse, ou fatores similares.

Podemos então concluir, por ora, que embora o voluntariado educacional represente uma prática social bastante pertinente, é visto que a atuação do educador social voluntário enfrenta contradições estruturais. Reconhecer a atuação dos educadores sociais voluntários não significa apenas uma compensação monetária, mas também uma integração efetiva e suporte. Diferenciar voluntariado e trabalho é um dos desafios que se coloca daqui para frente.

REFERÊNCIAS

BRAGA, J. L. de S. Voluntariado educativo: uma experiência de ser com os demais. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/12232>. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. 64 p.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Instituto de Pesquisa e Estatística (IPEDF). Conheça os educadores sociais voluntários no Distrito Federal. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/w/conheca-os-educadores-sociais-voluntarios-no-distrito-federal>. Acesso em: 14 abr. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Instituto de Pesquisa e Estatística (IPEDF). IPEDF realiza pesquisa sobre educadores sociais voluntários no DF. Brasília, 22/12/2023. Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/w/ipedf-realiza-pesquisa-sobre-educadores-sociais-voluntarios-no-df>. Acesso em: 13 abr. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 3.506, de 20 de dezembro de 2004. Cria o Voluntariado junto ao Serviço Público do Distrito Federal e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, n. 242, p. 1-2, 21 dez. 2004. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/51439/Lei_3506_2004.html. Acesso em: 4 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 7.621, de 18 de dezembro de 2024. Altera a Lei nº 3.506, de 20 de dezembro de 2004, para dispor sobre o Educador Social Voluntário. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, n. 238, p. 1, 19 dez. 2024. Disponível em: https://dodf.df.gov.br/dodf/materia/visualizar?co_data=455988. Acesso em: 4 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Alteração na Lei do Voluntariado é publicada no DODF. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/alteracao-na-lei-do-voluntariado-e-publicada-no-dodf/>. Acesso em: 4 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Educador social voluntário. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/educador-social-voluntario/>. Acesso em: 4 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE). Curso Educador Social Voluntário. Disponível em: <https://www.eape.se.df.gov.br/curso-educador-social-voluntario/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Pesquisa revela perfil de educadores sociais voluntários do DF. Brasília, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pesquisa-revela-perfil-de-educadores-sociais-voluntarios-do-df/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Portaria nº 22, de 02 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Educador Social Voluntário, no âmbito da Secretaria de Estado de

Educação do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal: seção 1, Brasília, DF, n. 25, p. 12, 5 fev. 2018. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/4e84ab0a94424e5d9b568b6fcd2a9974/Portaria_22_02_02_2018.html. Acesso em: 3 nov. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Portaria nº 43, de 27 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre a atuação do Educador Social Voluntário nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília, DF: SEEDF, 2014. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/76317/Portaria_43_27_02_2014.html. Acesso em: 11 out. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Portaria nº 50, de 04 de março de 2020. Institui o Programa Educador Social Voluntário (ESV), no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal: seção 1, Brasília, DF, n. 44, p. 19, 6 mar. 2020. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/b898e233dd364e3fbed31e561030babb/Portaria_50_04_03_2020.html. Acesso em: 3 nov. 2025.

FIGUEIREDO, M. TREVISANM, E.O educador social e as políticas públicas no Brasil: um olhar crítico sobre sua atuação. Revista Panorâmica, Cuiabá, MT, v. 4, n. 2, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1487>. Acesso em: 4 maio 2025.

IPEDF – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL. Educação inclusiva no Distrito Federal: O papel dos/as Educadores/as Sociais Voluntários/as. Relatório. Brasília: IPEDF, 2024. Acesso em: 13 abr. 2025.

LEITE, E. et al. A importância dos educadores sociais nas escolas públicas do Distrito Federal: direito das pessoas com deficiência. Management in Perspective, Uberlândia, MG, v. 5, n. 3, p. 55–81, 2024. DOI: 10.14393/MIP-v5n3-2024-72410. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaMiP/article/view/72410>. Acesso em: 4 maio 2025.

LOPES, M. W. V. A importância dos professores no processo de inclusão de alunos com deficiência visual. Research, Society and Development, [S. l.], v. 8, n. 9, p. e16891252, 2019. DOI: 10.33448/rsd-v8i9.1252. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1252>. Acesso em: 4 maio 2025.

RAMOS, J; LIMA, A. A formação do educador social e os desafios na contemporaneidade. Educar em Revista, Curitiba, v. 36, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/yW74mQKY8Qn6bHwx83676sq/>. Acesso em: 4 maio 2025.

RIBEIRO, R. da C.; SOARES, S. A. G. Pedagogia social: uma análise sobre a práxis do educador voluntário do Children's International Summer Village. Revista Trama, Cascavel, PR, v. 9, n. 1, p. 106-121, 2018. Acesso em: 4 maio 2025.

RODRIGUES, F; SANZ, C; RODRIGUES, E; BARROS, M. A pessoa com deficiência no regime contemporâneo de imagens: revisão de literatura. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 37, n. 1, p. e33/1–16, 2024. 14 out. 2025.

SILVA, G. E. de O. O papel do educador social voluntário no processo de inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em:

<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2416>. Acesso em: 4 maio 2025.

SILVA, M. O. de C. O profissional de apoio escolar de estudantes com deficiência em escolas públicas. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38887>. Acesso em: 4 maio 2025.

TV CÂMARA DISTRITAL. Audiência Pública - Condições de trabalho dos educadores sociais voluntários - 10H00 - 10/04/2025. [Live]. YouTube, 2025. 2h08min35s. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=du11VJNK2jE>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VIEIRA, A. M.; VIEIRA, R. Como me fui tornando educador social: reflexividade, redescoberta de si e (trans)formações pessoais e profissionais. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 60, p. 119-136, 7 nov. 2023. Acesso em: 4 maio 2025.

WENDT, B.; DELL'AGLIO, D. D. Positive educational practices program for social educators of out-of-home care: feasibility study. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 9, p. e52710918412, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i9.18412. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18412>. Acesso em: 4 maio 2025.